



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 35/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na decisão plenária 439/98 do Tribunal de Contas da União.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a inscrição de 1 servidor da Coordenadoria de Orçamento Finanças e Contabilidade, no curso "**Curso Gestão Tributária de Contratos e Convênios**".

O curso será realizado nos dias 23 a 27/08/2021, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas, na modalidade on line ao vivo.

2.1. Servidor indicado:

1. José Pasdiora Júnior

2.2. Instituição Promotora:

Razão Social: Open Treinamentos Empresariais e Editora

Endereço: Rua Edístio Pondé, 353, cj. 909/910, Ed. Empresarial Tancredo Neves, Stiep Salvador - BA, CEP 41770-395

CNPJ: 09.094.300/0001-51

Contato: Ângela

Telefone: 0800 888 1482; (71) 99285-1900

email: open@opentreinamentos.com.br ; grc@opentreinamentos.com.br

Dados Bancários: Banco do Brasil C/C: 8193-0 AG: 5737-1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.3. Do Conteúdo Programático:

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento
SEI [0714747](#)

3 - JUSTIFICATIVA

3.1. Da Necessidade

Com o objetivo de atualizar conhecimentos em temas específicos, sempre focando a qualidade e o desenvolvimento profissional. O curso abordará de forma dinâmica as normas aplicáveis tanto às empresas (públicas e privadas) como também aos órgãos públicos dos diversos níveis e governo. Trata-se do evento mais completo sobre as retenções e encargos tributários dos contratantes de pessoas físicas e jurídicas disponível no mercado.

A capacitação ora pretendida encontra-se registrada no PAC 2021, sob n. 20210503.

3.2. Da Inexigibilidade de Licitação

A inexigibilidade de licitação se respalda no Acórdão 439/1998 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.

Inscrições em cursos abertos, per se, têm o condão de caracterizar inexigibilidade de licitação, conforme magistério do Prof. Jacoby (FERNANDES. Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Licitações e Contratos. 3ª. Edição. Editora Fórum. Belo Horizonte. 2005, p. 256):

“É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição. Contudo, para a realização de seminários fechados, promovido por qualquer dessas mesmas instituições, é, em princípio, exigível a licitação, porque o interesse e conveniência de treinamento podem ser determinados pela Administração, ao contrário do caso anterior, em que a oportunidade é ditada pelas instituições.”

Da mesma forma, o Ministro Adhemar Paladini Ghisi, no voto que fundamenta a Decisão TCU 439/1998-Plenário, assim asseverou:

“Retomando a proposta de decisão em estudo, consideramos desnecessário firmar entendimento quanto à inexigibilidade de licitação para inscrição de servidores em cursos abertos a terceiros. Os cursos abertos para os quais não cabe licitação são aqueles inusitados, quer por não haver previsão de sua repetição, quer pela indiscutível notoriedade do instrutor, ou ainda aqueles oferecidos por uma única empresa. Em todos os casos o texto da Lei é suficientemente claro: há inviabilidade de competição.”

3.3. Da Notória especialização e Singularidade:

Considera-se que por se tratar de evento com inscrição aberta a terceiros não há necessidade de demonstração da notória especialização e singularidade da empresa/instrutor do curso mencionado, conforme entendimento jurisprudencial do TCU.

3.4. D o Alinhamento com os Objetivos estratégicos:

A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor.

4 – DO VALOR



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O valor da inscrição é de **R\$ 2.197,00 (dois mil e cento e noventa e sete reais)**.

A justificativa do preço exigida pelo art. 26, Parágrafo único, inciso III, da L. 8.666/93, está demonstrada no Informação conclusiva do valor estimado juntada no evento [0716669](#).

5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	RO CAPPAC
VALOR	R\$ 2.197,00 (dois mil e cento e noventa e sete reais).

6- DO PAGAMENTO

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

7- DO CONTRATO

7.1- O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2- Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

7.3- A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

7.4 - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

7.5- Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

7.6 - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

8 - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. Da Contratante:

- 1 .Informar à empresa contratada os dados dos servidores;
2. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura.
3. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

8.2. Da Contratada:

1. Disponibilizar os instrutores e meio de transmissão para a realização do curso;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Garantir a realização do curso, conforme descrito na proposta em anexo, nos dias 23 a 27/08/2021;

3. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública, a Seguridade Social, com o FGTS, perante a Justiça Trabalhista e ao CNJ;

4. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

9 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 8, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

10 – DAS GARANTIAS

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

11 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias 23 a 27/08/2021.

12 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento: será verificada a confirmação do evento no prazo definido e a regularidade fiscal da empresa.

2. Durante a execução do evento: verifica-se a regularidade das aulas, o cumprimento dos horários, a presença do instrutor, o fornecimento dos materiais e todos os itens inclusos na contratação.

3. Após a execução do evento: verifica-se o cumprimento da carga-horária, a avaliação do evento pelos participantes e a emissão dos certificados e Nota Fiscal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

13 – DOS ANEXOS

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto ao FGTS, Fazenda Federal, à Justiça Trabalhista e ao CNJ, (eventos [0714749](#), [0714750](#), [0714752](#) e [0714753](#)), portanto, apta a contratar com a Administração Pública.

b) Proposta e programação (evento [0714747](#)).

c) Informação conclusiva de valor estimado - modelo I (evento [0716296](#))



Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO, Chefe de Seção**, em 19/07/2021, às 15:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0716818** e o código CRC **563545F7**.

0002400-90.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0002400-90.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE – CURSO ABERTO – "GESTÃO TRIBUTÁRIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS". Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 98 / 2021 - PRES/DG/AJDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional (SEDES) - [0713433](#)- objetivando a participação de um servidor no evento "**Curso Gestão Tributária de Contratos e Convênios**", que será realizado nos dias 23 a 27/08/2021, com carga horária de 24 horas, na modalidade online ao vivo.

02. A Solicitação de Contratação 40 ([0713447](#)), na qual a Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (COFC) consta como unidade solicitante e a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE) unidade demandante, foi submetida ao secretário da Secretaria de Administração, Orçamento, Finança e Contabilidade (SAOFC), o qual autorizou a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Projeto Básico (PB) da pretensa contratação, consoante Despacho nº 1117/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0713528](#)).

03. Assim, elaborou-se o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 45 ([0714754](#)), e após solicitação de diligência da COMAP ([0715591](#)), juntou-se o Projeto Básico nº 31/2021 – PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES ([0715993](#)), no qual informa em seu tópico 4, o custo da inscrição de **R\$ 2.197,00** (dois mil cento e noventa e sete reais). Ainda, o referido PB apresenta a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as sanções administrativas, prazo de execução, indicação da COEDE para gestão e fiscalização da contratação e descrição dos anexos (documentos de regularidade fiscal da empresa).

04. Para instruir o feito, juntou-se aos autos a regularidade fiscal da empresa promotora do evento junto ao FGTS ([0714749](#)), Receita Federal ([0714753](#)), Justiça do Trabalho ([0714752](#)) e CNJ ([0714750](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública.

05. A Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional (SEDES) encaminhou, via e-mail ([0715113](#)), o Projeto Básico n. 30 ([0714764](#)) para a ciência do representante da empresa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

proponente. Pelo e-mail constante no evento ([0715194](#)), a referida empresa atestou sua concordância aos termos do Projeto Básico.

06. Em atendimento a diligência ([0715591](#)), a SEDES juntou aos autos o formulário contendo a informação conclusiva valor estimado modelo I ([0716669](#)). A Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do art. 7º, § 2º, da lei n. 8.666/93 e do art. 17, V da Instrução Normativa TRE n. 004/08, analisou o Projeto Básico 35 ([0716818](#)) e conclui por sua regularidade ([0716905](#)).

07. Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0717153](#)), no valor de R\$ 2.197,00, para custear a despesa, oportunidade em que a SPOF informou que: *"Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."*

08. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta unidade Jurídica ([0716915](#)). **É o breve e necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

09. Inicialmente, esclarece-se que, embora tenha sido recentemente publicada a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinados com 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após a publicação da Lei nº 14.133/21, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei (1º/04/2023).

10. A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (sem grifo no original)

11. Não por outro motivo, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

12. Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração na contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, **de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (**negritou-se**).

13. Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação a contratação de serviços técnicos enumerados pelo **art. 13** do Código de Licitações. Da previsão legal, retiram-se os seguintes requisitos: **a) natureza singular; b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

14. Contudo, o entendimento jurisprudencial do TCU tem afastado ambos os requisitos, dispensando a demonstração da singularidade do curso ou da notoriedade do instrutor, quando o evento de capacitação for ofertado por **cursos abertos** . Veja-se:

[...]

45. Retomando à proposta de decisão em estudo, consideramos desnecessário firmar entendimento quanto à inexigibilidade de licitação para inscrição de servidores em cursos abertos a terceiros.

46. Os cursos abertos para os quais não cabe licitação são aqueles inusitados, quer por não haver previsão de sua reposição, quer pela indiscutível notoriedade do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

instrutor, ou ainda aqueles oferecidos por uma única empresa. Em todos os casos o texto da Lei é suficientemente claro: há inviabilidade de competição. ” **Decisão TCU 439/1998-Plenário – Ministro Adhemar Paladini Ghisi.**

15. Ressalte-se que a jurisprudência pátria, principalmente da Corte de Contas da União, tem abrandado de forma sistemática e substancial a verificação dos requisitos legais permissivos da inexigibilidade. Cita-se, a respeito, trecho do voto do **Ministro Adhemar Paladini Ghisi, proferido nos autos do TC 000.830/98-4:**

A aplicação da lei deve ser compatível com a realidade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social. Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, como aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim desponta, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. **Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar à necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador.** Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de tratamento do órgão sob sua responsabilidade. - (DOU de 23.07.1998) - (sem grifo no original)

16. Em resumo, nos termos da **Decisão do TCU n. 654/2004 — Plenário (TC 010.583/2003-9)**, a inscrição de servidores em cursos abertos ministrados por empresas especializadas enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, *in verbis*:

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93. (sem grifo no original)

17. Releva destacar, ainda, voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do **Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF**:

EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, **escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado.** Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). **O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança.** Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. " - (DJ 03/08/07 p.30) - (grifou-se e negritou-se).

18. No caso em tela, o evento pretendido visa capacitar servidor cujas atividades se encontram correlatas ao seu conteúdo programático e que atua em atividades que demandam com frequência os conhecimentos buscados no treinamento. Nesse sentido, destaca-se o registro contido na **justificativa da necessidade do curso, item 3 do PB 35 (0716818):**

3.1. Da Necessidade

Com o objetivo de atualizar conhecimentos em temas específicos, sempre focando a qualidade e o desenvolvimento profissional. O curso abordará de forma dinâmica as normas aplicáveis tanto às empresas (públicas e privadas) como também aos órgãos públicos dos diversos níveis e governo. Trata-se do evento mais completo sobre as retenções e encargos tributários dos contratantes de pessoas físicas e jurídicas disponível no mercado.

A capacitação ora pretendida encontra-se registrada no PAC 2021, sob n. 20210503.

III – CONCLUSÃO

19. Diante ao exposto, esta Assessoria entende que a **Administração poderá realizar a inscrição do servidor para a participação no evento em questão, promovido pela empresa OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA,**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CNPJ: 09.094.300/0001-51, na modalidade de ensino online ao vivo, com fundamento no **art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações**, nos termos ainda da **Decisão TCU n. 439/98-Plenário**.

20. Por sua vez, observa-se que o **Projeto Básico nº 35/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES (0716818)**, no que lhe é aplicável, atende às disposições do **art. 6º, inciso IX e alíneas, da Lei n. 8.666/93**, podendo ser levado à aprovação da autoridade superior competente, para os efeitos do **art. 7º, § 2º, I e § 9º**, do mesmo diploma legal.

21. Embora se trate de serviço, considerando a forma usual da contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do **art. 62 da Lei n. 8.666/93 (item 7.1 do PB 31)**, **instrumento idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada. Todavia, o instrumento enviado (PB 30) se deu antes da solicitação de diligência, que após atendida pela unidade SEDES resultou no novo Projeto Básico 35 ([0716818](#)). **Com isso recomendamos a unidade o reenvio do projeto básico atualizado.**

22. Por fim, com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar estabelecido para a dispensa legal (Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. II c/c Lei 14.065, de 30 de setembro de 2020).

Submete-se à consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 21/07/2021, às 13:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0717607** e o código CRC **9C8E4E0B**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002400-90.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0002400-90.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO - COEDE

ASSUNTO: "Curso Gestão Tributária de Contratos e Convênios".

DESPACHO Nº 946 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES, visando a participação de 01 (um) servidor (a) no "Curso Gestão Tributária de Contratos e Convênios", promovido pela empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora, CNPJ nº 09.094.300/0001-51, que será realizado nos dias 23 a 27/08/2021, com carga horária de 24 horas, na modalidade online ao vivo ([0713433](#)).

Carreou-se aos autos a Solicitação de Contratação ([0713447](#)), Estudo Técnico Preliminar para Dispensa e Inexigibilidade de Licitação ([0714754](#)) e o Projeto Básico ([0716818](#)), que estima o valor da inscrição em R\$ 2.197,00 (dois mil e cento e noventa e sete reais), conforme item 4.

A regularidade fiscal e trabalhista da empresa foi comprovada pela certidão de tributos federais ([0714753](#)); certidão de obrigações trabalhistas ([0714752](#)); certidão do CNJ ([0714750](#)) e certidão FGTS ([0714749](#)).

Em atendimento à diligência da COMAP ([0715591](#)), a SEDES juntou aos autos o formulário contendo a informação conclusiva valor estimado modelo I ([0716669](#)).

A COMAP concluiu pela regularidade do PB, complementado pela proposta e programa do curso juntada no evento [0714747](#), por estar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei nº 8.666/93, e manifestou-se pela adjudicação do objeto à referida empresa ([0716905](#)).

A COFC/SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária [0717153](#), registrando que a despesa pretendida está



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

adequada orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e LDO referentes a este exercício financeiro.

Instada, a AJDG opinou pela possibilidade desta Administração realizar as inscrições do servidor para a participação no curso em questão, com fundamento no art. 25, II c/c art. 13, VI, ambos da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU; regularidade do projeto básico; pela dispensa da formalização de contrato, substituindo-o pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da referida lei; e pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal ([0717607](#)).

A SAOFC se manifestou pela aprovação do ETP e do projeto básico; regularidade do preço estimado, autorização da despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação; contratação direta da empresa, desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação; e pela publicação apenas no DJE, em prestígio ao princípio da publicidade ([0717641](#)).

Primeiramente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei nº 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a *novel* Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, tem em seu artigo 191 c/c 193, a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Compulsando os autos verifica-se que, por se tratar de contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu art. 13, inciso VI, em princípio, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no inciso II do art. 25.

Por oportuno, registra ainda que, nos termos do item 16 do Parecer Jurídico AJDG [0717607](#), a inscrição de servidores em cursos abertos ministrados por empresas especializadas enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação. No caso em tela, o evento pretendido visa capacitar servidor cujas atividades se encontram correlatas ao seu conteúdo programático e que atuam em atividades que demandam com frequência os conhecimentos buscados no treinamento. Nesse sentido, destaca-se o registro contido na justificativa da necessidade do curso, item 3 do PB 35 ([0716818](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, **RATIFICO** a inexigibilidade apontada pela AJDG e reconhecida pela SAOFC, descrita no inciso II do art. 25 da Lei n. 8.666/93, para:

1. Aprovar o Estudo Técnico Preliminar ([0714754](#)) e o Projeto Básico 35 ([0716818](#)), pois possui os elementos mínimos essenciais definidos inciso IV do art. 3º do Decreto n. 10.024/2019 e no inciso IX e alíneas, do art. 6º, IX, c/c art. 7º, I, e art. 14 da Lei nº 8.666/93, respectivamente;

2. Autorizar a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, II c/c art. 13, VI, ambos da Lei nº 8.666/93;

3. Dispensar a formalização de contrato, o qual será substituído pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, sendo instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual;

4. Adjudicar o objeto à empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora, CNPJ nº 09.094.300/0001-51, e **autorizo a emissão de Nota de Empenho**, em seu favor, no valor de **R\$ 2.197,00 (dois mil cento e noventa e sete reais)**; e

5. Determinar a publicação do extrato do ato de ratificação da inexigibilidade apenas no DJE, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal, com fulcro no Acórdão TCU nº. 1336/06 - Plenário.

À SAOFC para a continuidade dos atos necessários à contratação do objeto destes autos, condicionada à atualização prévia dos documentos de habilitação.

À SGP/SEDES para proceder ao reenvio do projeto básico à empresa contratada, em atenção ao item 21 do Parecer Jurídico AJDG [0717607](#).



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 26/07/2021, às 17:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0718831** e o código CRC **892AF2A2**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002400-90.2021.6.22.8000